

Pacto definirá a ^{Assembleia} Constituinte e terá pouca discussão, diz Ulysses

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, definiu com os líderes de seu partido na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, o roteiro que pretende seguir na condução do pacto político idealizado pelo presidente José Sarney: ele quer consolidar a essência do acordo com os demais partidos em rápidas palavras e apenas duas ou três reuniões dos líderes no Congresso e eventualmente dos dirigentes partidários. Depois disso, sairá de cena e deixará que uma comissão parlamentar — que poderá ser a atual Interpartidária — discuta e resolva a elaboração das emendas constitucionais e projetos de lei relativos aos temas acordados.

Ulysses, Pimenta e Lucena consumiram todo o tempo de um almoço de trabalho, ontem, acertando rumos para a costura do pacto. Eles ainda se ressentem de uma exposição mais clara de Sarney sobre o seu projeto, mas se depender dos três expoentes peemedebistas o pacto terá como limites a definição da forma pela qual a Assembleia Nacional Constituinte será convocada e o compromisso interpartidário em torno da alteração ou eliminação dos restos legais do autoritarismo até a eleição dos constituintes. A cúpula do PMDB rejeita a idéia de incluir questões econômico-sociais na discussão do acordo político e entende que a etapa do chamado pacto social deverá ser conduzida por outros setores do governo.

Pré-condição

Neste final de semana, ou no mais tardar na segunda-feira, Ulysses procurará Sarney para apresentar o roteiro discutido com os líderes peemedebistas e ouvir as ponderações do Presidente. Há cerca de dez dias, Pimenta da Veiga obteve das lideranças de todos os partidos na Câmara a confirmação de que participarão dos entendimentos — àquela altura ainda sugeridos de forma tímida pelo Palácio do Planalto —, sob a garantia de que as discussões não se referem a um pacto de sustentação do governo, mas um compromisso que assegure a conclusão da obra da redemocratização do País.

Preventivo eficaz

A condição, imposta pelos próprios

Sarney ouvirá sociedade através dos partidos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 55, pretende ouvir a sociedade, através dos partidos políticos, para encaminhar a Constituinte. Para este trabalho, o presidente da República delegou competência ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, aos presidentes dos partidos que compõem a Aliança Democrática que o elegeu — Ulysses Guimarães, do PMDB, e Jorge Bornhausen, do PFL — e aos líderes do governo no Congresso. O condutor do processo político continua sendo o próprio Sarney.

Estas informações são do assessor de imprensa da Presidência da República, jornalista Fernando César Mesquita, 41. Segundo ele, este é o chamado pacto político da "Nova República", e visa aplainar os caminhos que levam à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986.

De acordo com o assessor de Sarney, a comissão que fará um esboço da nova Constituição poderá ser formada paralelamente à negociação do pacto político com os partidos representados no Congresso. O

principal objetivo da comissão, que será presidida pelo jurista Affonso Arinos de Mello Franco, 79, é a eliminação das leis autoritárias ainda vigentes, buscando o consenso sobre a forma de encaminhar a Constituinte.

Cardoso desmente

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, 53, desmentiu, em entrevista coletiva à imprensa dada na quinta-feira que passou, a informação de que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, seria o coordenador das articulações que concorrem para a formação do pacto político. Explicou que este "grande entendimento" virá com o esforço de todas as lideranças políticas responsáveis do País, inclusive dos partidos que hoje estão na oposição.

Ainda ontem, o presidente do Partido da Frente Liberal, Jorge Bornhausen, afirmou que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, "vem colocando essa questão com serenidade e propriedade" ao indicar que o pacto deve voltar-se para o fortalecimento da Constituinte.

partidos que integram a Aliança Democrática, preserva a autonomia das legendas oposicionistas, e é vista pelo governo como preventivo eficaz contra eventuais tendências desestabilizadoras da "Nova República" num ano de difíceis decisões no plano econômico e acirrada disputa eleitoral nos grandes centros urbanos.

Um dos dirigentes da Frente Liberal atribui a idéia do pacto político ao temor do presidente Sarney de que as eleições municipais acelerem divergências — a partir da própria Aliança Democrática — e roubem ao governo o mínimo de sustentação parlamentar de que necessita para executar os seus projetos políticos e econômicos. O pacto, assim, resguardaria o entendimento das forças políticas a nível federal, apesar dos inevitáveis confrontos pela conquista do poder local.

Pressão

O mesmo político do PFL acredita

que, ao lado da componente política, Sarney tem pressa em chegar ao pacto social, cuja idéia, lançada ainda por Tancredo Neves, foi desperdiçada no período de sua interinidade, permitindo uma desconfortável explosão de greves, que tem confiscado o sono do governo. O entendimento na área social é um objetivo urgente das forças de esquerda que apóiam Sarney — principalmente o Partido Comunista Brasileiro. Mas as lideranças do PMDB temem desgaste se a tarefa for abraçada pelo partido sem um mínimo de garantias políticas e predisposição de empresários e trabalhadores.

O Pacto de Moncloa, que balizou a redemocratização da Espanha e foi apontado pelo Presidente como modelo de seu projeto, abrangeu questões de ordem econômico-social — mas, a exemplo do cronograma imaginado por Sarney, estas foram precedidas de um consenso sobre os temas institucionais. (Jomar Moraes)